

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA**

**TRABALHO DE CULMINAÇÃO DOS ESTUDOS**

**Título:**

**“Percepções e representações do lobolo entre os jovens da  
IURD: Estudo de caso Bairro de Magoanine C”**

**Autor:**

Camilo Brígido António Mate

**Orientador:**

Dr. Agostinho Manganhela

Maputo, Junho de 2014

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

TRABALHO DE CULMINAÇÃO DOS ESTUDOS

Título:

**“Percepções e representações do lobolo entre os jovens da IURD: Estudo de caso Bairro de Magoanine C”**

Autor:

---

O Supervisor:

O presidente:

O Oponente:

---

Maputo, Junho de 2014

## **Declaração**

Declaro que este trabalho de investigação nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção de qualquer grau, e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicados no texto e nas referências bibliográficas as fontes que utilizei.

---

Camilo Brígido António Mate

Maputo, Junho de 2014

## **Dedicatória**

Dedico o presente trabalho a toda sociedade moçambicana, com particular destaque para a zona sul do Save onde o lobolo é parte integrante de um legado sócio-cultural.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar agradeço a Deus que é a causa principal da minha existência.

Agradeço aos meus pais e ao meu tio Simão Mucavele pelo apoio moral e material que me deram desde o começo até a conclusão do curso; Agradeço a todos os meus docentes, desde o primeiro até ao último ano, pelos ensinamentos que me transmitiram ao longo desses anos, com maior destaque para o meu orientador, Dr. Agostinho Manganhela pela forma como orientou este trabalho, pelo seu contributo em termos de ideias e procedimentos, pela paciência e pelo tempo que me disponibilizou ao longo do processo de elaboração deste trabalho; Agradeço ao Dr. Danúbio Lihabe pelas ideias e conselhos oportunos e valiosos que forneceu-me como contributo para este trabalho.

Agradeço a todos os funcionários do departamento de Arqueologia e Antropologia DAA pela atenção que tiveram para comigo nesses anos todos, com maior destaque para o Sr. João, para a Dona Vina e para a Dona Alzira.

Agradeço aos pastores e crentes da IURD pelas informações preciosas que me forneceram que culminaram como a realização do presente trabalho.

Agradeço aos meus irmãos Stélio e Candinha, e a minha companheira de todos os momentos, Amiya Chambal, pelo apoio moral e pela segurança que me transmitiram durante a minha batalha académica até a conclusão do curso.

Para finalizar agradeço aos meus colegas todos destacando, Castigo Jorge Matule, Celso Vasconcelos Jossefa, Augusto Pedro Domingos, Clotilde Paulo e Manuel Ferro Cananda e a todos que directa ou indirectamente estiveram do meu lado e de certa forma contribuíram para a elaboração deste trabalho.

## **Acrónimos**

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

Sd – Sem data

## **Resumo**

Com o presente trabalho pretendemos compreender as percepções e representações do lobolo entre os jovens da IURD, tomando em conta que o pressuposto sócio-cultural tende a considerar o lobolo como condição para a estabilidade de uma relação conjugal e o pressuposto trazido pela IURD considera o lobolo como a causa do infortúnio da mulher no seu lar.

Apesar dessas diferentes formas de ver este fenómeno, grande parte das famílias ainda faz pressão para que o lobolo seja efectivado em pleno, seguindo todos os tramites convencionados e aplicados ao longo de gerações, ignorando aquilo que são as percepções individuais ou de determinados grupos minoritários.

O lobolo tem valor simbólico para os seus praticantes, e esse valor pode ser encontrado nos pressupostos tradicionais, sócio-culturais e de procedimento que as famílias sempre fizeram passar ao longo dos tempos, e isso não é extensivo aos que não o praticam. Para os religiosos da IURD, de acordo com aquilo que são os pressupostos desta seita, o lobolo não tem valor simbólico algum a não ser a sua conotação com a maldição, entretanto, as percepções do lobolo entre os fiéis da IURD variam de acordo com uma série de lógicas e valores de que estes autores sociais se fazem revestir. Dentro deste grupo de fiéis existem os que relacionam o lobolo à práticas obscuras e chegam a “diabolizar” este ritual, mas também existem aqueles que a consideram o lobolo uma tradição, uma manifestação cultural de um grupo social, razão pela qual sentem-se no dever de fazer devido a existência deste manto cultural onde se têm as famílias como os fiscais e o garante do cumprimento dessa prática.

Existe esta imposição da família sobre o indivíduo, pelo facto do lobolo ter esta componente tradicional que vai passando de geração em geração em forma de legado cultural, onde o seu abandono pressupõe uma ruptura com o passado, um desprezo da nossa história, perda de identidade cultural e a sociedade não quer se sentir a trair a sua história e os seus antepassados. Portanto, o lobolo é importante dentro do seu contexto de produção.

**Palavras-chave: Percepções; representações; lobolo; Jovens; IURD**

## **Índice geral**

Dedicatória.....	i
Agradecimentos.....	ii
Acrónimos.....	iii
Resumo.....	iv
Índice geral.....	v
Introdução.....	2
Justificação.....	7
Objectivos.....	9
Objectivo Geral.....	9
Objectivos específicos.....	9
Hipóteses.....	9
Pergunta de Partida.....	9
Enquadramento teórico e conceptual.....	10
Revisão da literatura.....	12
Apresentação e discussão dos resultados.....	18
Cap. I- O lobolo e o seu valor simbólico.....	18
Cap. II- Percepções do lobolo entre a comunidade religiosa da IURD.....	23
Cap. III- O lobolo e a sua importância no contexto simbólico e social.....	26
Conclusões e considerações finais.....	28
Referências bibliográficas.....	30
Anexos.....	vi
Anexo 1 – Questionário.....	vii
Anexo 2 – Pessoas contactadas.....	ix
Anexo 3 – Pessoas entrevistadas.....	x



## **Introdução**

Em Moçambique o histórico do lobolo remota desde o período antes da dominação colonial, como já fez menção Bagnol (2008), e desde então até aos dias que correm foi se revestindo de novas formas de procedimento, como consequência das inúmeras motivações e condições externas que envolvem cada situação e momento histórico, porém mantendo o seu valor sócio-cultural que se traduz na legitimação conjugal, no controlo e regulação da descendência, dignificação das partes envolvidas e a relação com os antepassados, como assim demonstra Granjo (2005).

Durante décadas investigadores de vários pontos do globo interessados na matéria procuraram definir e explicar o significado e a relevância do lobolo no contexto onde ele ocorre. Na perspectiva de Jeffreys (1951) entende-se que lobolo é o meio através do qual o homem ganha a guarda dos filhos e em Radcliffe-Brown (Sd), o lobolo representa a compra da mulher pela família do homem. Estas formas de interpretar esta prática sócio-cultural levam-nos a pensar o lobolo como uma contrapartida que vai para além de uma simples compensação matrimonial, ele se reveste de um conjunto de lógicas e valores que o tornam significativo no seu contexto de produção, que Granjo (2005) melhor apresentou.

Em estudos relativamente recentes como os de Welch (1982) e Loforte (2000) encontra-se associada a ideia de lobolo o valor da compensação matrimonial. Trata-se de um valor que a família do homem entrega para família da mulher, como condição para que esta mulher então transaccionada passe a pertencer a família do homem.

O ritual de entrega de uma mulher à outra família visando uni-los como homem e mulher não é algo recente e nem exclusivo de um contexto, ele ocorre em todas as formas de organização social, segundo os padrões de representação que cada contexto adoptou ao longo do seu processo de socialização.

No contexto de Moçambique, com particular destaque para a região sul do Save, atribuí-se a essa prática sócio-cultural o nome de lobolo, entretanto dentro deste vasto território existem regiões onde este tipo de união conjugal tem outras designações e, eventualmente, outras formas de procedimento. É importante retermos que as famílias precisam umas das outras para se edificarem e construir uma sociedade almejada.

A explicação de Lévi-Strauss (1970), segundo a qual foi a proibição do incesto que iniciou a troca de mulheres e suficientemente elucidativa para compreender como funcionam estas trocas. Segundo o autor, por mais simples que for a estrutura de parentesco, não deve se restringir nunca ao núcleo familiar composto pelo casal e seus filhos, deve incluir desde o começo a relação entre aquele que cede a mulher (o irmão ou o pai) e aquele que a recebe (o marido), pois é essa troca que fornece a aliança em torno da qual as relações de filiação e de afinidade se constituem.

Não fugindo a essa lógica, a Bíblia Sagrada que é o livro mais antigo e que se pressupõe veicular aquilo que são vontades do Criador refere, em Génesis (2:24), que o homem deixará seus pais e se juntará a sua mulher, constituindo ambos uma só carne. Esta ideia vem reforçar o que já referimos anteriormente, que o acto da entrega de uma mulher à outra família, visando uni-los como homem e mulher geradores de uma família não é algo recente e nem exclusivo de um contexto, mas é uma prática que esta incutida em todas formas de organização social, naturalmente, revestidos de outras formas de representação características dos seus próprios contextos de produção sócio-cultural. Aqui entra a questão do relativismo cultural que defende o reconhecimento da diversidade cultural de cada povo, com seus valores e demais características. Cada cultura têm suas lógicas de funcionamento que não são nem melhores e nem piores que as produzidas em outros contextos, são simplesmente diferentes e fazem sentido onde elas ocorrem.

Porque cada instituição é uma instituição e tem as suas regras, a religião é regida pela doutrina Cristã que nalgum momento diverge com os valores sócio-culturais das sociedades, porém, as várias religiões que vigoram em Moçambique souberam respeitar os seus limites de actuação, não se impondo sobre às práticas sócio-culturais, referimo-nos à proibição da prática do lobolo e outros rituais da mesma categoria.

Por exemplo, a igreja católica aquando da sua implantação pelo país, no contexto da dominação colonial, tendeu a desencorajar o lobolo, considerando ateus os seus praticantes, com isso tinha como objectivo ganhar devotos e não o combater o lobolo em si, segundo Welch (1982).

Com o advento da IURD o lobolo passou a ser posto em causa por esta instituição religiosa por apelar aos antepassados durante o ritual.

Admitindo a utilização do conceito lobolo, a IURD refere que esta prática representa o conhecimento das famílias e a entrega da aliança à noiva por parte do noivo, deixando de lado todo um conjunto de lógicas e outros elementos que incorporam o lobolo no seu contexto de produção.

Ignorando os valores sócio-culturais da sociedade moçambicana, solidificados ao longo de gerações, durante alguns cultos e reuniões de grupos, bispos, pastores, obreiros e líderes dos grupos têm estado a apelar para que os crentes não pautem pela via do lobolo nos seus relacionamentos conjugais, alegando dentre outros aspectos, que a Bíblia Sagrada não aborda esta questão e, portanto, o lobolo não é obra de Deus, somente o casamento “oficial”, fazendo menção ao casamento civil e religioso, é que são obra do Criador.

Por um lado temos a IURD a desincentivar o lobolo entre os fiéis por considerar que está prática apela aos antepassados durante o seu ritual e no seu entender, aí reside a causa do infortúnio da mulher no seu lar. Por outro lado, encontramos a família a impor e a condicionar à prática do lobolo, sob alegação de que a causa dos problemas da mulher no lar, que nalgum momento se traduzem na dificuldade de conceber filhos ou na concessão de filhos com algum problema físico ou mental, entre outros aspectos negativos, é devido a não realização do lobolo e os infortúnios são a consequência do descontentamento dos antepassados. Entretanto, ainda encontramos indivíduos dentro da IURD que continuam a fazer o lobolo seguindo as lógicas sócio-culturais.

Assim, com este trabalho pretendemos compreender como é que os jovens da IURD percebem e representam o lobolo, tomando em conta que o pressuposto sócio-cultural tende a considerar o lobolo como condição para a estabilidade de uma relação conjugal e o pressuposto trazido pela IURD considera o oposto.

Mantivemos conversas informais com os pastores e fiéis da IURD, acompanhamos algumas reuniões de terapia do amor e entrevistamos alguns crentes.

Usamos a técnica de pesquisa qualitativa com recurso a entrevistas semi-estruturadas individuais à 20 jovens da IURD, dos quais 10 são do sexo masculino e os restantes são do sexo oposto, com idades que variam dos 20 à 35 anos, por se tratar de faixas etárias consideradas ideais para a materialização de relações conjugais neste contexto específico de estudo.

As observações e as entrevistas aos crentes tiveram lugar no mês de Maio de 2014, sendo que umas decorrem no espaço Templo de Matendene e outras fora do templo, consoante aquilo que foi a disponibilidade dos nossos entrevistados.

As conversas informais com os pastores e crentes mais antigos da IURD aconteceram no dia 30 de Setembro de 2013, no Cenáculo Maior e no Templo da Fé, ambas localizadas no Bairro do Alto-maé, Cidade de Maputo.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: Introdução, onde fazemos uma breve apresentação do tema, destacando aquilo que era a concepção do lobolo no passado, as transformações ocorridas ao longo dos tempos e como é que o lobolo é entendido nos dias que correm, particularmente, entre os fiéis da IURD.

No que respeita ao problema temos duas forças antagónicas, por um lado a religião e os seus valores e, por outro, a sociedade e as suas práticas sócio-culturais e no meio delas, como uma ponte encontramos o lobolo. Nalgum momento, devido a divergência de lógicas e valores, estas duas realidades entram em colisão uma com a outra, daí surgiu a nossa preocupação de compreender em que medida o lobolo pode ser importante ou não para os vários grupos no contexto sul de Moçambique, com particular destaque para os jovens da IURD que tem o grande desafio de encarar estas duas realidades que marcam sobre maneira as suas vidas, e optarem por este e não por aquele caminho.

Na justificação procuramos mostrar como é que se operacionaliza a teoria e a prática e que lógicas sustentam este ou aquele procedimento.

Os objectivos, em linhas gerais, fazem uma reflexão sobre a importância e o lugar do lobolo nas construções sócio-culturais, num contexto marcado significativamente pelos valores sócio-culturais por um lado, e por outro, pelos valores da religião.

Nas hipóteses olhamos para aquilo que consideramos argumento usado pela família e pela sociedade para manter os seus membros dentro dos seus costumes sócio-culturais.

A pergunta de partida versa sobre as lógicas que fazem com que grande parte dos crentes da IURD pautem por este e não por aquele caminho.

No enquadramento teórico trazemos os conceitos usados pelos vários autores em relação aquilo que são as suas percepções de lobolo, ao mesmo tempo que fazemos uma discussão entre eles mostrando os seus pontos fortes e fracos e o seu contributo na matéria e, mais adiante apresentamos aquilo que é a nossa percepção sobre o assunto.

No que respeita a estrutura do texto apresentamos a forma como esta organizado o nosso trabalho e trazemos de forma muito resumida o que cada capítulo vai abordar. Portanto, *no primeiro capítulo* analisamos as lógicas e o valor simbólico que os jovens da IURD atribuem ao lobolo, ao mesmo tempo que analisaremos o papel e o valor que a sociedade como o embrião das relações sociais, atribui ao lobolo, partindo do pressuposto de que uma cultura assenta-se sobre uma teia de correspondências simbólicas que dão sentido as práticas sociais colectivas e individuais, o que faz com que o seu sistema simbólico seja analisado na sua relação com a estrutura social, política, económica e religiosa.

Nos focamos naquilo que os indivíduos consideram ser o papel do lobolo nas construções sociais, bem como na sua eficácia simbólica.

*No segundo capítulo* queremos analisar e compreender o que representa o lobolo para os jovens da IURD. Quais são as implicações de se fazer ou não esta cerimónia e, ao mesmo tempo, pretendemos perceber como é que estes jovens tem si comportado perante os factos e quais são os desafios que lhes são impostos tanto a nível social como a nível religioso.

*No terceiro e último capítulo* discutimos o papel e a importância do lobolo nas construções sociais. Neste capítulo iremos destacar as crenças sociais sobre o lobolo bem como o valor que os actores sociais atribuem a esta prática. Buscamos compreender também, até que ponto os pressupostos trazidos pela IURD podem se impor sobre os pressupostos sócio-culturais e vice-versa, e que argumentos são usados para explicar essa situação.

A revisão da literatura acomoda as perspectivas e abordagens dos vários autores em relação a aquilo que é o lobolo.

Os resultados reflectem o culminar do trabalho de campo. Aqui confrontamos os dados avançados no projecto com a realidade estudada visando trazer um produto final melhor elaborado. E por fim, apresentamos as conclusões que chegamos.

## **Justificação:**

A literatura por nós consultada coloca o lobolo no centro das relações conjugais e familiares no contexto onde ele ocorre. Para elucidar e mostrar que o lobolo sempre desaguou nas relações conjugais e de parentesco, algumas obras clássicas como é o caso do trabalho de Jeffreys (1951) não associa de forma directa o lobolo à questões matrimoniais mas a outras lógicas de pertença que envolvem esta união conjugal, no caso se refere a apropriação das crianças, como resultado da união de um homem e uma mulher, pela família do progenitor.

Por seu turno, Radcliffe-Brown (Sd) entende o lobolo como um acto de compra da mulher. Esta visão incide na mulher como objecto de troca que culmina numa união matrimonial.

Estudos relativamente recentes como os de Welch (1982), Loforte (2000) e Bagnol (2008) acabaram trazendo uma outra dinâmica para o estudo do lobolo. Aqui encontramos associada ao lobolo a componente família nas suas várias dimensões e a mulher deixa de ser um objecto passivo, passando a ter acção nas várias etapas do seu lobolo.

Estas diferentes perspectivas de olhar para o mesmo fenómeno dão a ideia de que por mais que passe o tempo e mudem-se os hábitos, a instituição lobolo sempre estará presente, sólida e activa na sociedade moçambicana, que nem mesmo a globalização e seus valores poderão destruir a sua essência, por se tratar de uma prática que por si só dá resposta a todo um conjunto de questões de organização social e de parentesco. Também, neste contexto o lobolo é entendido como sendo uma marca da identidade cultural destes povos e pressupõe-se que a sua ausência condiciona uma situação de “irregularidade” que se reflecte nalguma forma de penalização, Granjo (2005).

É importante estudar o lobolo porque só assim se pode compreender todo um conjunto de lógicas de parentesco e de organização social no contexto onde o fenómeno ocorre. O lobolo como uma instituição abarca no seu seio uma série de valores sócio-culturais que explicam e justificam a escolha de um procedimento em detrimento dos outros.

Com o aparecimento da IURD nos princípios da década de 90, veio a ideia de ruptura como o lobolo e outras práticas sócio-culturais que caracterizavam o equilíbrio e harmonia social, alegadamente por ir contra os valores do cristianismo. Entretanto, apesar dos apelos da IURD

para a não aderência ao lobolo e outras práticas de carácter sócio-culturais por se considerar não são reconhecidas por Deus e pela igreja, ainda existem fieis que pautam por esta via.

Conhecemos jovens da IURD, alguns deles até a ocuparem lugares cimeiros na igreja, no momento de se juntarem maritalmente pautaram primeiro pelo lobolo, antes mesmo do casamento civil e religioso, e isso não os impediu de voltarem a igreja e retomarem as suas tarefas. Nessa ordem de ideias o nosso estudo vai incidir sobre este grupo de fiéis que à revelia da igreja ainda continuam a praticar o lobolo.

## **Objectivos**

### **Objectivo geral:**

- Reflectir sobre a importância e o lugar do lobolo nas construções sócio-culturais.

### **Objectivos específicos:**

- Analisar o valor simbólico atribuído ao lobolo;
- Analisar as percepções do lobolo entre a comunidade religiosa da IURD, com o foco nos jovens;
- Discutir o papel e as lógicas do lobolo dentro do seu contexto de produção.

### **Hipóteses:**

- O Temor de eventuais represálias dos antepassados, aliado a imposição da família com recurso aos discursos de identidade e legado cultural, faz com que os jovens da IURD passem por cima dos valores da igreja e continuem a praticar o lobolo e outros rituais de carácter sócio-cultural produzidos e solidificados dentro dum contexto específico.

### **Pergunta de partida**

- Como se explica que os jovens da IURD ainda pautem pelo lobolo num contexto em que a Igreja Universal apela para a não realização desta prática alegando, dentre outros aspectos, que a mesma evoca os espíritos dos antepassados durante o ritual, facto que não coaduna com os valores do cristianismo, doutrina seguida pela IURD?



## **Enquadramento teórico e conceptual**

Dados disponíveis, em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja\\_Universal\\_do\\_Reino\\_de\\_Deus](http://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_Universal_do_Reino_de_Deus), veiculam que a IURD é uma igreja evangélica de orientação neopentecostal, com sede na Catedral de Del Castilho, Rio de Janeiro, fundada em Setembro de 1977, pelo Bispo Edir Macedo. As suas doutrinas derivam do que a Bíblia ensina, interpretada de maneira semelhante à de outras denominações cristãs e evangélicas, em particular as de linha neopentecostal.

Vários conceitos foram usados por diversos autores para definirem o lobolo. De acordo com Jeffreyes (1951) lobolo é o preço da criança ou seja, é o meio através do qual o pai tem a guarda dos filhos, por esse facto considerou o lobolo igual a filhos.

Numa perspectiva diferente Radcliffe-Brown (Sd) defendeu que lobolo é a compra da mulher pela família do homem. Esta cerimónia consiste no pagamento de um valor em dinheiro ou em género, à família da mulher, como forma de compensar o vazio causado pela sua saída da casa dos pais.

Seguindo a lógica de Radcliffe-Brown, Junod (1996) referiu que a festa do lobolo é toda cerimónia relacionada com o pagamento do lobolo que se faz na aldeia da noiva. Esse estudo foi desenvolvido a quase uma centena de anos no ceio da comunidade tshonga do sul do Save, onde Junod viveu e vivenciou os factos.

Estas abordagens acima desaguam na ideia de lobolo como uma forma de compensação que incide sobre alvos determinados. Em Jeffreyes o lobolo incide sobre as crianças e, para Radcliffe-Brown recai na mulher.

Para Cipire (1992) lobolo é a troca de serviços entre as famílias do noivo e da noiva, e consiste na observância das regras tradicionais sobre o casamento. Por seu turno Granjo (2005) vem dizer que lobolo é uma relação mutua entre duas pessoas e um grupo de parentes. Esta conclusão foi tomada após o acompanhamento de uma cerimónia de lobolo num dos bairros periféricos da cidade de Maputo, onde desenvolveu o seu trabalho de campo e por fim colheu as experiências dos participantes.

Cipire (1992), a semelhança de Granjo (2005) destaca o papel e o lugar das famílias na prática do lobolo.

Ao desenvolver o seu trabalho de campo no bairro de Laulane, um subúrbio da cidade de Maputo, baseada em inquéritos quantitativos, Loforte (2000) concluiu que o lobolo é o preço da compensação matrimonial entregue a família da mulher, pela família do homem.

Por seu turno Bagnol (2008) após ter acompanhado vários rituais relacionados com o lobolo, na cidade de Maputo, chegou a conclusão de que o lobolo é essencialmente um acto que estabelece uma relação entre o casal, as famílias e os antepassados.

Esta investigadora repisa a figura dos antepassados e destaca o seu papel na legitimidade e estabilidade das relações conjugais e no garante da harmonia social, tal como Granjo (2005) já fez referência.

Este último vai ainda mais longe ao referir que quem come o lobolo são os antepassados, fazendo alusão ao papel que estes desempenham. Entendemos que este seja o elemento que tenha faltado em muitas abordagens dos autores por nós consultados.

Por sua vez a IURD considera que lobolo é a fase de conhecimento das famílias de ambas partes e a troca de aliança entre os noivos.

A nossa forma de ver o lobolo enquadra-se em grande medida a perspectiva de Granjo (2005) e Bagnol (2008). Nessa ordem de ideias entendemos que o lobolo para além de ser um valor de compensação, ceta a união conjugal entre um homem e uma mulher, as duas famílias e os antepassados.

Para este trabalho usaremos o modelo estruturalista que teve como um dos maiores precursores Lévi-Strauss. Este modelo tem sempre em conta a noção de estrutura e avança que é nesta mesma estrutura que se edificam as instituições, em que se compreendem os factos sociais como processos de comunicação definidos por regras conscientes ou não. Este modelo nos permite promover uma percepção profunda do que pretendemos estudar, na medida em que permite analisar as questões ocultas que estejam por detrás de um determinado fenómeno.

Pretendemos usar ainda o modelo funcionalista desenvolvido por Malinowski na qual defende que as instituições desempenham funções específicas contribuindo para uma ordem social. Este modelo enfatiza a inter conexão orgânica de todas as partes de uma cultura pondo em primeiro plano a ideia de uma totalidade. Este dá maior ênfase ao conceito de função pelo facto de se

referir ao papel que joga um determinado aspecto em relação ao resto da cultura e orientado sempre a satisfação das necessidades humanas.

A escolha destes modelos não é justificada pelo facto destes explicarem de forma exaustiva e acabada o fenómeno a que nos propomos e estudar, mas sim por acharmos que nem um e nem outro explica o fenómeno de forma suficiente mas sim usando-os de forma interligada e complementada é que teríamos uma explicação também não acabada mas aproximada a realidade.

## **Revisão da Literatura**

Procurando compreender as lógicas do sistema de parentesco Changana, Feliciano (1989) desaguou na questão do lobolo, onde aborda esta prática sob uma perspectiva economicista.

Para o autor o lobolo enquadra-se dentro de um sistema de créditos matrimonial, ou seja, o valor recebido pela saída da mulher, da casa dos seus pais, por via do lobolo, é aplicado na aquisição de uma mulher de outra família, igualmente por meio do lobolo, fechando desse modo a lacuna anteriormente deixada. Trata-se aqui de uma troca indirecta de mulheres e de serviços.

Feliciano (1989) entende que o lobolo também simboliza a fecundidade da mulher que é medida não apenas pelo numero de filhos que esta virá a ter mas acima de tudo pela saúde destes e pelo desempenho nas tarefas de casa e na produção agrícola. Refere ainda que a não fecundidade da mulher pode lhe incorrer a acusação de feitiçaria, pondo em causa essa união o que pode, igualmente, ditar a devolução desta mulher e dos bens ofertados, e a realização de um outro lobolo.

Para este investigador o lobolo não associa apenas dois aliados mas todo um sistema, o que revela que as alianças não são apenas uma questão matrimonial, mas também são uma questão de reprodução social. O lobolo funciona como uma instituição reguladora de conflitos entre grupos aliados, por este facto é acompanhada de discussões, injurias e combate.

No capítulo dedicado ao lobolo, extraído do seu trabalho etnográfico “Usos e Costumes dos Bantu”, Henri Junod (1996) estava mais preocupado em descrever e explicar as etapas e os

procedimentos que acompanham a cerimónia de lobolo. Nessa ordem de ideias destacou seis momentos, nomeadamente: Os preparativos, o assalto a aldeia, o pagamento do lobolo, cortejo nupcial, o acto religioso e o cinto simbólico, respectivamente.

No primeiro momento apresenta aquilo que são as tarefas ou deveres das partes, onde refere que a preparação das bebidas era da responsabilidade da família da noiva, o noivo tem a responsabilidade de levar uma cabra, cabendo a sua família a função de verificar e conferir as enxadas e libras esterlinas exigidas para o lobolo. Junod (1996)

O segundo momento corresponde ao assalto a aldeia, marcado por injúrias e conflitos entre os dois grupos aliados que culmina em festa, tal como, veio a fazer menção Feliciano fez (1989) em estudos posteriores, quando buscava compreender as lógicas do parentesco Changana.

De acordo com Junod (1996), o terceiro momento prende-se com o pagamento do lobolo que ocorre na aldeia da noiva, feito com recurso a enxadas que eram depois conferidas por vários membros da família da noiva, de modo a devolverem caso a mulher fosse devolvida por alguma razão, ou para a aquisição de mulheres, igualmente, por via do lobolo. Este argumento foi também retomado por Feliciano (1989) ao considerar que o valor do lobolo serviria para a aquisição de outras mulheres no contexto Changana.

Para Junod (1996), o quarto momento corresponde ao cortejo nupcial, onde ocorre o sacrifício da cabra e na sequência as irmãs do noivo e outras mulheres vão a procura da noiva nas aldeias vizinhas e a trazem ao palco da cerimónia e depois se retiram daquele local. A família do homem fica de um lado e a da mulher do outro, trocando-se injúrias mutuamente, cantando e dançando, como parte integrante da cerimónia.

Diz ainda que, o acto religioso consiste na apresentação do casal aos antepassados, como forma destes assegurarem uma harmonia na vida conjugal do casal. Essa cerimónia é da responsabilidade do pai da noiva. E no último momento, denominado cinto simbólico, o pai da noiva coloca em volta da filha uma essência extraída da cabra sacrificada, de modo a garantir a felicidade da filha.

Por sua vez Loforte (2000) revela que o lobolo apresenta varias facetas, embora de um modo mais generalizado considera o lobolo como sendo a oferta da compensação matrimonial pela

família do noivo e a sua aceitação pela família da noiva. Nessa ordem de ideias o lobolo movimenta uma dupla circulação em sentidos inversos em distintas esferas que asseguram a reprodução do sistema matrimonial expresso num movimento de troca de mulheres por bens e valores monetários e simbólicos.

Procurando maximizar o proveito desse sistema de trocas há famílias que elevam o valor do lobolo, e sobre esse valor acrescenta-se ainda um outro que vai sendo entregue aos familiares da noiva no acto das conversações, destacou Loforte (2000) para a seguir concluir que o factor económico desempenha um papel significativo na estrutura do casamento e na vida das unidades domesticas nos bairros.

Este estudo foi feito em Maputo, mas precisamente no bairro de Laulane. Para o efeito, numa primeira fase a autora centrou-se no método quantitativo com base em inquéritos

Cipire (1992) estava mais preocupado em compreender as funções bem como o impacto do lobolo na sociedade moçambicana. Na sua obra destacou que esta prática vigora até aos dias de hoje nas grandes cidades como é o caso de Maputo, incidindo em raparigas dos 16 aos 20 anos no o caso do meio urbano e nos subúrbios centra-se em raparigas com idade compreendida entre os 12 a 16 anos.

Diz ainda que o lobolo é aquele que é celebrado entre as famílias dos noivos e consiste na observância das regras “tradicionais” sobre o casamento.

Cipire (1992) refere que o valor das despesas do lobolo varia de acordo com a inflação económica, chegando a somar perto de 500 contos e contando com a organização da casa, mobiliário, electrodomésticos e outros, as despesas aumentam chegando a ultrapassar 5 milhões de meticais, actualmente 5 mi meticais.

Não se distanciando do posicionamento defendido por Cipire, Granjo (2005) refere que a prática do lobolo tende a enfraquecer actualmente, principalmente a nível das grandes cidades, pelo facto de tender a cobrança de somas muito elevadas.

O estudo de Paulo Granjo (2005) estava mais preocupado em perceber como é que o lobolo que ainda é visto como uma prática do passado e que mais campo de acção tem no meio rural, se

enquadra a realidade actual marcada pela introdução dos valores da modernidade, no contexto urbano da cidade de Maputo.

A semelhança de Gluckman, Granjo (2005) desenvolveu o seu estudo com recurso a uma análise situacional de um lobolo em Maputo, onde contactou que esta prática engloba em si a legitimação conjugal, o controlo da descendência, a dignificação das partes envolvidas e aquilo que chamou de domesticação do aleatório através da acção dos antepassados. Mas também constatou que a instituição lobolo tem a capacidade de resolver problemas novos, típicos do desenvolvimento social e da globalização.

Granjo (2005) entende que o lobolo está acima de todas as formas de instituição matrimonial e por mais que se passem os tempos, mudam-se os hábitos o lobolo estará lá, indestrutivo, desempenhando o seu papel. Defende ainda que o lobolo vai para além das adaptações culturais e das considerações financeiras, ele se reproduz por si, é como se fosse a essência de si mesmo, através de uma base inconsciente.

Este autor refere que para a família do noivo o lobolo é uma questão de honra, garante um prestígio e um estatuto social aos indivíduos, tirando as famílias de uma situação “irregular” ou de dívida. Para a família da noiva ele é importante por apazigua os antepassados e assegura a protecção da mulher no seu lar.

O lobolo facilmente pode modificar as suas características como consequência de múltiplas motivações e das condições externas que o envolvem em cada caso e situação histórica. O lobolo contém em si a legitimação conjugal, o controlo e regulação da descendência, a dignificação das partes envolvidas e a relação com os antepassados, Granjo (2005).

Welch (1982) aborda a questão do lobolo sob uma perspectiva judicial. Na sua tese de licenciatura debruça-se sobre aquilo que considera serem as dimensões do lobolo a nível histórico, incidindo sobre o seu carácter social e cultural, a nível económico e a nível judicial, mostrando as lacunas e as limitações dessas dimensões, ao mesmo tempo que apresenta e discute as limitações das estratégias e da perspectiva etnográfica que alimentam os pressupostos inerentes a prática do lobolo no contexto onde ele ocorre e avança as possíveis soluções.

De acordo com a autora, a estratégia conservadora significa a negação das ideias novas, o imobilismo cultural, a oposição ao avanço da revolução. Nessa ordem de ideias Welch (1982) refere que esta estratégia é incorrecta e como tal deve ser reajustada de acordo com a realidade contextual, mesmo reconhecendo que ainda, grande parte do nosso povo, por via das ideias tradicionalistas pratica o lobolo.

No que respeita a estratégia abolicista a autora repudia por considerar que esta nos leva a conclusões erradas e precipitadas, portanto ainda é inadequada por este tipo de estudo.

Segundo Welch (1982) a estratégia normativa peca por estar em confronto constante e permanente com a lei de família vigente no país. Esta estratégia, de acordo com a autora, é a mais repudiada pelo próprio processo. A investigadora avança que a regularização do lobolo passa por encontrar formas de o perspectivar.

Por fim, no que tocante a perspectiva etnográfica, Welch (1982) refere que a lacuna desta perspectiva reside na total ausência do elemento dinâmico, tornando-se numa perspectiva descritiva e não de intervenção.

Em jeito de solução avança aquilo que apelidou de estratégia transformacionista ou revolucionaria que tem como método dar resposta às interrogações que o povo coloca, isto porque, segundo a autora, o lobolo é sobretudo um costume, e os costumes não podem ser abolidos por via de decretos de lei.

Em linhas gerais a estratégia transformacionista advoga que não se pode eliminar os valores sócio-culturais só por eliminar, é preciso situar o combate jurídico no contexto das transformações sócio-económicas; É preciso escolher correctamente os meios judiciais e não utilizar meios punitivos quando as condições não o permitem e por fim, defende que é necessário separar os aspectos primários e nocivos (a comercialização do casamento) e os aspectos secundários (a seriedade e o envolvimento dos parentes e da comunidade no processo de casamento). Welch (1982).

O artigo de Brigitte Bagnol (2008) olha para o lobolo como um elemento estruturador de relações sociais pelo facto de permitir o estabelecimento de uma comunicação entre os vivos e os seus antepassados, para além de garantir a estabilidade e harmonia social. O lobolo faz parte da

identidade individual e colectiva, ligando seres vivos e mortos numa rede de interpretações do mundo e num conjunto de tradições em continuo processo de transformação.

Bagnol discuti a pratica contemporânea do lobolo no contexto urbano do sul de Moçambique como forma de fazer face a estudos anteriores que associam o lobolo a população camponesa rural e analfabeta, e era geralmente apresentada como uma transacção monetária entre parentelas envolvidas.

Esta investigadora assenta o seu artigo na analise de três estudos de caso.

O primeiro diz respeito a um lobolo realizado onde a tia sentia-se lesada; o segundo reflecte sobre um casal em união de facto que enfrenta problemas por não ter realizado o lobolo e o terceiro fala de um lobolo realizado com vista a salvar uma divida contraída pelos antepassados a mais de cem anos.

Em todas essas situações acima descritas Bagnol procura mostrar como funciona esta relação entre vivos e mortos, referindo que é na base da harmonia com os antepassados que se garante com convívio conjugal é social também harmonioso.



## **Apresentação e discussão dos resultados**

### **I. Capítulo**

#### **Lobolo e o seu valor simbólico**

Neste que é o primeiro capítulo do nosso trabalho, pretendemos compreender que entendimento os fiéis da IURD tem em relação ao aspecto simbólico do lobolo, uma vez que os pressupostos daquela igreja vão contra os pressupostos sócio-culturais do contexto que produziu o lobolo e, por seu vez, os crentes IURD são produto desse contexto.

Antes de nos alongarmos importa referir que com a tomada do poder pela FRELIMO em 1975, houve uma intenção de ruptura com o lobolo e outras práticas sócio-culturais veiculadas em decretos de lei, Welch (1982), porém essa intenção resultou em fracasso porque muitas as famílias continuaram praticar o lobolo e a valorizá-lo, em detrimento do casamento civil e isso assiste-se ainda nos dias de hoje, devido a carga simbólico/cultural que o lobolo representa no seu contexto de produção.

Como forma de reforçar o argumento acima, Sperber (1975) entende os símbolos como elementos integrantes da cultura e do sistema cognitivo dos homens, como algo que participa da construção do conhecimento e no funcionamento da memória, assim, todo o símbolo deve ser reconhecido no âmbito do contexto onde foi produzido e adoptado. Ainda, na óptica do autor, a noção de símbolo não é universal mas sim cultural, presente ou ausente, diferente de cultura para cultura e no interior da mesma cultura.

Os significados simbólicos associados a prática do lobolo divergem no seio dos crentes da IURD. Existem aqueles que praticam e aqueles não praticam este ritual e a razão reside naquilo que os grupos e os indivíduos consideram ser valor ou crença.

“Vivo com a minha namorada há cerca de um ano e meio, para tirá-la de casa fiz uma pequena apresentação, ainda não fiz o lobolo e nem vou fazer porque isso vai contra os princípios da igreja, e porque estou convertido não posso fazer...” [Miguel, 29 anos de idade, crente no Templo de Matendene. Entrevista concedida no templo, no dia 11. 05.2014].

Aqui percebe-se uma intenção de ruptura com o lobolo como instituição sócio-cultural, em detrimento dos valores trazidos e apresentados pela IURD, como sendo o caminho mais correcto à percorrer, ignorando o valor simbólico que esta prática exerce no meio social onde foi produzido e se reproduz.

“A igreja não proíbe e nunca proibiu o lobolo, o que ela faz é chamar atenção para não se entrar na tradição porque a tradição é perigosa, mexe com espíritos... vou lobolar suprimindo os elementos tradicionais que o lobolo exige, como é o caso dos vinhos, das galinhas e do rapé que marcam a parte tradicional do lobolo...” [Amós, 31 anos de idade, crente no Templo de Matendene. Entrevistado algures no bairro de Magoanine “C”, no dia 14. 05.2014].

Esta forma de justificar a proibição da prática do lobolo, foi defendida por grande parte dos nossos entrevistados e reflecte aquilo que é considerado elemento negativo do próprio acto de lobolo, no caso, repudia grande parte dos objectos de troca assim como repudia os procedimentos convencionados que acompanham o lobolo e que, alguns autores, como é o caso da Granjo (2005) consideram ser a verdadeira essência simbólica do lobolo.

“Os pais da minha namorada querem que eu a lobole, e preferem isso ao invés do casamento oficial, mas eu não vou lobolar nem que isso me custe ficar longe dela”. *[Estêvão, 27 anos de idade, crente no Templo de Matendene. Entrevista concedida no templo, no dia 11. 05.2014].*

Aqui percebe-se o valor e a importância que as famílias atribuem ao lobolo em detrimento do casamento civil, mas também transparece a posição de resistência do crente da IURD face ao fenómeno porque a sua educação religiosa ensinou que o lobolo é negativo e é perigoso. Numa das passagens do seu trabalho de licenciatura, Welch (1982) referiu que mesmo com os decretos de lei que o Governo da FRELIMO introduziu aquando da tomada do poder em 1975, proibindo a prática do lobolo, esta cerimónia nunca foi abandonada efectivamente pelas famílias, pelo contrário, durante esses anos todos teve mais aderência em relação ao casamento civil e religioso.

Num outro desenvolvimento disse que Welch (1982) a Igreja Católica nunca pretendeu acabar com o lobolo em si mesmo, em respeito aos valores sócio-culturais dos moçambicanos, o que ela pretendia era conquistar maior número de seguidores.

Este choque de ideias pode, sob o ponto de vista social, criar uma situação de conflito entre os cônjuges e entre as famílias de ambas partes, porque como já referiu Granjo (2005), o lobolo contém em si a legitimação conjugal, o controlo e regulação da descendência, a dignificação das partes envolvidas e a relação com os antepassados.

Sob o ponto de vista do crente pode criar uma sensação de paz e tranquilidade porque este vai se sentir a cumprir as vontades do criador, mais no meio social a pressão das famílias o sufocaram porque, feliz ou infelizmente quem dá voz no lobolo são as famílias e os familiares de ambas partes e não o indivíduo.

“... apenas vou comprar a aliança que simboliza a nossa união. Vou comprar também uma caixa de refrescos, com a qual vou entrar e me apresentar, e vou patrocinar o almoço,... vinho não compro porque, por mais que não se despeje no chão, no decurso da cerimónia, já tem o seu valor tradicional, já implica a comunhão com os espíritos...” [Macamo, 28 anos de idade, crente no Templo de Matendene. Entrevista concedida no templo, no dia 10. 05.2014].

Há uma tendência generalizada, entre os crentes da IURD, de considerarem negativo o uso do vinho e de todos os outros elementos de troca que geralmente acompanham esta cerimónia. Esta forma de proceder suprime todos os elementos considerados “tradicionais” e perigosos como é o caso do vinho e das galinhas que algumas famílias oferecem, até mesmo as roupas que geralmente se oferece aos pais, tios e avós são suprimidas, mantendo a aliança que é ofertada a mulher como o único elemento de troca simbólica.

Assim, entende-se que são os próprios cônjuges que decidem sobre o seu destino, não como figuras passivas, mas, sobretudo, como organizadores da sua própria cerimónia. Portanto, eles é que ditam o que querem e como querem que o evento se desenrole, quebrando de certa forma aquilo que seria o papel dos pais.

“Fui loboloda antes de entrar na IURD e o meu lobolo envolveu tudo que um lobolo normal exige... Existem muitas pessoas que ainda lobolam mesmo estando na igreja, tenho um exemplo vivo de uma obreira que eu mesma ornamentei o salão do seu casamento. O lobolo foi numa sexta-feira e o casamento foi no dia seguinte,... é nossa tradição o que fazer...” [Laura, 30 anos de idade, crente no Templo de Matendene. Entrevista concedida algures no Bairro de Magoanine “C”, no dia 17. 05.2014].

“Tentei por várias vezes explicar para a família da minha namorada, que a igreja não nos permite fazer lobolo, mas os pais dela exigiam que o fizesse, alegando que todos da família passaram por este ritual e que, o lobolo é nossa cultura... acabei fazendo como eles queriam mesmo não concordando... ofereci tudo que eles pediram na lista que foi, sete mil meticais em dinheiro, uma garrafa pequena de vinho branco, um garrafão de vinho tinto, uma caixa de cerveja e uma de refresco, acompanhados por notas de vinte meticais, fato completo para o pai, capulana e lenço para a mãe, para as tias materna e paterna e para as avos paterna e materna. As avos tanto paterna como materna tiveram ainda, um frasco de rapé, e mesmo não estando na lista dos pedidos, a minha família achou melhor oferecer uma galinha” *[Leonel, 29 anos de idade, crente no Templo de Matendene. Entrevista concedida algures no bairro de Magoanine “C”, no dia 17. 05.2014].*

“... Eu entrei na igreja a busca da paz espiritual, fiz lobolo porque é nossa tradição, embora a igreja não olhe para esta prática com bons olhos, como é que vais dizer a tua família que não queres fazer uma coisa que sempre se fez, que é nossa cultura?...” *[Marcelino, 34 anos de idade, crente no Templo de Matendene. Entrevista concedida algures no Bairro de Magoanine “C”, no dia 12. 05.2014].*

Neste capítulo concluímos que existe um grupo de crentes que por circunstâncias alheias a sua vontade, portanto, por imposição dos pais e da família sente-se obrigado a fazer o lobolo sob alegação de se tratar de uma tradição cultural herdada dos seus ancestrais e que, o seu não cumprimento recai em infortúnios. Segundo Junod (1996), o acto religioso do lobolo consiste na apresentação do casal aos antepassados e essa cerimonia é presidida pelo pai da noiva.

Existe outro grupo de religiosos que entende o lobolo como parte integrante dos seus valores sócio-culturais e não abrem mão dessa prática. Para estes religiosos a igreja é apenas uma instituição que responde pela parte espiritual e o lobolo é outra instituição que responde pelas práticas sociais, e que apesar dessas lógicas divergentes ambas desaguam nos mesmos objectivos, de assegurar a coesão dos grupos e harmonia social. Para estes, a igreja não passa de um espaço para a busca da paz espiritual e harmonia com Deus.

O lobolo tem valor simbólico para os seus praticantes, e esse valor pode ser encontrado nos pressupostos tradicionais, culturais e de procedimento que a família sempre fez passar, e isso não é extensivo aos que não o praticam. Para este outro grupo, o lobolo não tem valor simbólico algum, não encontram sentido nessa prática até porque refutam a sua existência baseados no argumento de que a Bíblia Sagrada não reconhece esta instituição.

Portanto, o valor simbólico do lobolo varia de pessoa para pessoa no contexto da IURD e isso é determinado pelos valores e pela forma como as famílias concebem e representam o lobolo.

Apesar dessas diferenças ideológicas, grande parte das famílias ainda faz pressão para que o lobolo seja efectivado em pleno e no seu procedimento tradicional, seguindo todos os tramites convencionados e aplicados ao longo de gerações, e encontram o significado simbólico do lobolo nesses procedimentos todos.

## **II. Capítulo**

### **Percepções do lobolo entre a comunidade religiosa da IURD**

Neste capítulo importa-nos compreender as percepções do lobolo entre os jovens da IURD na relação com o seu meio sócio-cultural e religioso.

Existem autores que consideram o lobolo como um acto de compra e venda da mulher, outros defendem tratar-se de um valor de compensação matrimonial e outros ainda consideram que o lobolo como sendo o preço dos filhos. Estas abordagens diferentes acabam convergindo num ponto central, reconhecem o lobolo como condição indispensável para a estabilidade e harmonia conjugal, familiar e social dos indivíduos, como já defende Bagnol (2005).

Entre os crentes da IURD esta forma de entender o lobolo tem um carácter oposto. A igreja tende a “diabolizar” esta prática, considerando-a tradicional e espiritualista, e o reflexo disso se reproduz entre os fieis e sobre todo um sistema sócio-cultural, afectando de certa forma o relacionamento conjugal e entre as famílias.

“O lobolo representa uma tradição, um ritual de bruxaria, para quem é cristão não existe harmonia possível entre a tradição e a religião, a luz e o trevas nunca podem andar juntos, a pessoa deve escolher um só caminho, ou percorre as trevas ou percorre a luz”. *[Amós, 31 anos de idade, crente no Templo de Matendene. Entrevista concedida algures no bairro de Magoanine “C”, no dia 13. 05.2014].*

“Sendo convertido e vivendo da palavra não posso fazer lobolo porque isso é perigoso, mexe com os espíritos dos antepassados...” *[Isaías, 35 anos de idade, crente no Templo de Matendene. Entrevista concedida no templo, no dia 24. 05.2014].*

Estes argumentos reflectem o entendimento que parte dos jovens da IURD assimila em relação ao lobolo. Percebe-se nos trechos acima uma tendência a abominação e expurgação do lobolo com uma prática social, em detrimento do “não lobolo”.

O argumento do fundo é de que, as práticas sócio-culturais são negativas e não existe um meio termo para harmonizá-las com as práticas religiosas por serem oposto uma da outra. Este posicionamento não é compartilhado por todos os fiéis, embora esse seja o pressuposto religioso a seguir. Vejamos.

“A igreja proíbe o lobolo mas diz que não está a proibir, é complicado dizer que não vamos fazer, porque temos por detrás de nós o suporte familiar que ti obriga a fazer mesmo não querendo. Por um lado é a tua família a dizer como as coisas funcionam, e por outro, é a família da tua namorada que não aceita ti ceder a filha sem a teres lobolado. Então, para sair disso só podemos lobolar. Aqui na Igreja muita gente faz lobolo mas ninguém vai ti dizer isso, aqui viemos louvar a Deus e buscarmos a paz espiritual...” [Nelson, 35 anos de idade, crente no Templo de Matendene. Entrevista concedida algures no bairro de Magoanine “C”, no dia 13. 05.2014].

Esta ala de crentes considera o lobolo como uma tradição, como uma forma de manifestação cultural de um grupo. Tradição essa que tem sido seguida, se não de forma voluntária é por imposição das famílias e do meio social de onde este fenómeno é produto. Para Feliciano (1989) o lobolo não associa apenas dois aliados mas todo um sistema, o que revela que as alianças não são apenas uma questão matrimonial mas são também uma questão de reprodução social. Portanto, pelo sim ou pelo não, este grupo de indivíduos encontra uma harmonia entre a religião e os valores sócio-culturais da sociedade e suporta isso na divisão das lógicas, onde limita o papel da igreja apenas ao âmbito espiritual e o da sociedade ao âmbito social.

Concluimos neste capítulo que as percepções do lobolo entre os fiéis da IURD variam de acordo com uma série de lógicas e valores que os próprios religiosos se fazem revestir. existem fiéis que relacionam o lobolo a práticas obscuras, mas também existem os que a consideram uma tradição, uma manifestação cultural de um grupo social particular, razão pela qual, querendo como não devem faze-lo devido a existência deste manto cultural onde se tem as famílias como fiscais e garante do cumprimento desse ritual.



### **III. Capítulo**

#### **O lobolo e a sua importância no contexto simbólico e social**

Neste capítulo pretendemos compreender o lugar do lobolo dentro do seu contexto de produção e até que ponto os valores trazidos pela IURD podem por em causa esta prática sócio-cultural cristalizada no contexto da zona sul .

O lobolo inseri-se no conjunto de práticas sócio-culturais de alguns contextos do sul de Moçambique, e desde sempre foi sofrendo algumas transformações, em função de mudanças a nível social, económico, político e religioso, porém, como já referiu Granjo (2005) o seu valor simbólico e cultural nunca foi posto em causa.

Apesar das transformações que o lobolo vem sofrendo ao longo dos tempos, ele ainda desempenha, dentro das cidades e no meio rural, um papel social de regulador e garante da estabilidade conjugal, familiar e social dos indivíduos em sociedade, assim defende Bagnol (2008) e tantos outros autores, dentro das suas perspectivas de abordagem.

Neste contexto os indivíduos são socializados a pensarem o lobolo como uma máquina de organização social e que a sua recusa é a razão de um série de infortúnios no meio conjugal, que se traduzem em problemas físicos, mentais e espirituais das crianças nascidos dessa relação, que depois se transformam em discussões e troca de acusações entre o casal as famílias.

Estas funções que a sociedade atribui ao lobolo são questionadas e reprovadas pela IURD, sob alegação de se tratar de uma prática de obscurantismo. A dado momento estes posicionamentos dividiram a comunidade religiosa da IURD em dois grupos: Os que mantêm os seus valores sócio-culturais acessos e os que não fazem lobolo em nome dos pressupostos da igreja.

A sociedade é composta por um conjunto organizado de indivíduos que comunga dos mesmos valores, valores esses que vão sendo repassados ao longo das gerações. Esta coesão faz com que o grupo maior que muitas vezes é “tradicionalista” ou “africanista”, expressão usada por Welch (1982) para fazer alusão aos grupos que por nada abrem mão dos seus valores históricos e sócio-culturais, tenha mais vantagens em relação ao grupo menor que já vem com visões “modernizadas”.

“...em casa somos quatro irmãos, com a minha mãe somos cinco e todos frequentamos a Igreja Universal já faz algum tempo. Tenho um namorado com quem estou a cerca de três anos, mas ele não é da IURD. A conversarmos num desses dias ele disse para que eu pedisse a minha mãe a lista do lobolo... Fui a casa e apresentei a questão a minha mãe mas ela disse que não quer lobolo, que bastava que ele se apresentasse e desse o anel de noivado que estava tudo feito.

Chegado o dia da cerimónia ele veio com a família nas condições que a minha mãe já tinha dito e isso gerou um grande problema na família. Meus tios exigiam o dinheiro e os familiares do meu namorado tiveram que contribuir na hora algum valor em dinheiro para a realização da cerimónia...” [Dulce Manhiça, 28 anos de idade, crente no Templo de Matendene. Entrevistada algures no bairro de Magoanine “C”, no dia 17. 05.2014].

O trecho acima demonstra uma imposição da família sobre indivíduo, pelo facto do lobolo ter esta componente tradicional e reguladora que vai passando de geração em geração em forma de legado cultural, onde o seu abandono significaria uma ruptura com o passado, um desprezo da nossa história, perda de identidade cultural e a sociedade não quer se sentir a trair a sua história e os seus antepassados porque deles ainda depende no presente, como refere Granjo (2005) quando destaca o papel das famílias e dos antepassados, dando mais ênfase aos antepassados ao referir que estes é que comem o lobolo, ou seja, o lobolo é mesmo para agradar os nossos ancestrais.

Neste capítulo concluímos que o lobolo é importante dentro do seu contexto de produção, como já fiz menção Granjo (2005) o lobolo não tem, e ainda esta por vir um rival a altura capaz de o substituir. Esta prática está incorporada dentro do seu contexto de produção e as tentativas de ruptura com esta instituição resultarão em fracasso, porque esta mesma sociedade, de forma consciente ou inconsciente, acredita que o lobolo desempenha múltiplas funções dentre as quais a de garantir a coesão social, a estabilidade conjugal e a harmonia familiar, Bagnol (2008).

## **Conclusões e considerações finais**

O lobolo é colocado no centro das relações conjugais no contexto da zona sul de Moçambique, existindo, inclusive, situações em que a família impõe esta forma de união em detrimento do casamento civil, por considerá-lo mais significativo dentro deste contexto sócio-cultural.

Como já fizemos menção ao longo deste trabalho, o lobolo desempenha no seu contexto de produção um papel de extrema importância, mesmo de forma inconsciente, ele funciona como um elemento regulador da estabilidade conjugal e da harmonia familiar, e o seu não cumprimento pressupõe represarias de âmbito social.

Esta visão é contradita pelos pressupostos que acompanham e suportam as lógicas da Igreja Universal do Reino de Deus, que desde a sua implantação em Moçambique procurou por fim ao lobolo e outras práticas de carácter sócio-cultural, com recurso a apelos constantes e sistemáticos para a não adesão dos seus fiéis a essas práticas, alegando que os azares, as enfermidades, os infortúnios e demais aspectos negativos no meio social e familiar decorrem da realização do lobolo.

Apesar dos apelos da IURD grande parte dos seus fiéis ainda praticam o lobolo, se não por iniciativa própria é por imposição das famílias, porém, existem um grupo de religiosos que afirma a sua determinação e ruptura com a prática do lobolo, em concordância com os valores da sua igreja.

Entendemos neste trabalho que o lobolo ainda estrutura as relações individuais e colectivas, porém, é necessário pensar em novas formas de olhar para este fenómeno porque a abordagem estruturalista já começa a se mostrar limitada para dar resposta a determinadas questões relacionadas com esta prática, a julgar pelo abandono de determinados grupos sociais que são, igualmente, frutos desta sociedade, deste contexto que pariu o lobolo.

Há uma necessidade de se repensar numa formula mais consistente que possa harmonizar as praticas sócio-culturais com aquilo que são os pressupostos da religião, embora, no decurso do trabalho já houveram vozes a defender a impossibilidade de uma harmonia entre a luz e as trevas, fazendo menção a tradição que envolve a prática do lobolo e a religião. Se calhar a solução passe pela contextualização da religião.

### **Referências bibliográficas:**

Bagnol, Brigitte 2008. Lovolo e espíritos no Sul de Moçambique, *in* Analise Social V.XLIII (2º), Lisboa: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Pp 251 – 275.

Bíblia Sagrada, tradução de Almeida, João Ferreira, 2001, Sociedade Bíblica de Portugal, texto Bíblico e Material Adicional.

Brown, Radcliffe (Sd). Estruturas e função nas sociedades primitivas. Lisboa: edição 70.

Cipire, Felizardo 1992. A educação tradicional em Moçambique, Maputo: Emedil.

Feliciano, José Fialho 1989. O Sistema de Parentesco Changana: Prova complementar de tese de doutoramento em Antropologia pela Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

Granjo, Paulo 2005. Lobolo em Maputo: Um velho idioma para as novas vivências conjugais, Porto: Campo das Letras – Editores, S.A.

Jeffreys, M.D.W 1951. Lobolo é o preço da criança, (Sl): African.

Junod, Henri. A, 1996. Usos e costumes dos bantu-1, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.

Lévi-Strauss, Claude 1970. Antropologia estrutural dois. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro.

Loforte, Ana Maria 2000. Género e poder entre os tsongas de Moçambique, Maputo: Promédia,.

Martínez, F. Lerma 2003. Antropologia cultural: Guia para o estudo, Paulinas, Maputo: 4ª edição.

Sperber, Dan 1975. Rethinking symbolism. Cambridge, Cambridge University Press.

Welch, Gita Bernardo Honwana 1982. O lobolo: Por uma estratégia adequada, tese de licenciatura, Faculdade de direito, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

### **Internet**

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja\\_Universal\\_do\\_Reino\\_de\\_Deus](http://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_Universal_do_Reino_de_Deus) [acessado no dia 09 de Abril de 2014].

# ANEXOS

## **ANEXO 1**

### **Questionário**

1. A quanto tempo está na IURD?
2. Que motivos o levaram a IURD?
3. No seu meio familiar é a única a frequentar a IURD ou toda família frequenta?
4. Seu cônjuge também é da IURD?
5. Fez lobolo como condição para sair da casa dos seus pais e se juntar maritalmente? Se não porque?
6. Falamos como foi a cerimónia destacando os aspectos de troca?
7. Entrou na IURD antes ou depois de ter feito o lobolo? Se tivesse sido depois ainda assim o faria?
8. Era capaz de fazer o lobolo nos moldes pré-estabelecidos pela sua família e pelo seu contexto sócio-cultural. Se sim, que razões o levariam a isso? Se não, porque?
9. Como é que a sua família têm representado o lobolo e que aspectos critica nessa forma de agir, e quais os aspectos que gostaria de ver alterados? Porquê?
10. Quais são os objectos de troca que, geralmente, a sua família exige no lobolo?
11. Quais são os objectos de troca que a família do seu parceiro (a) exigiram para a cerimónia?
12. O que representa para si o vinho, o rapé, as capulanas, as roupas entregues aos pais, aos avos, e demais elementos que incorporam o lobolo?
13. Qual acha que é o papel dos pais na cerimonia do lobolo?

14. Qual é o papel e o lugar dos tios e avos no lobolo?
15. O que dizer dos que não aderem ao lobolo mesmo isso indo contra a vontade da família e da sociedade na qual estão inseridos e foram socializados?
16. Caso não queira fazer o lobolo como mandam os princípios familiares, se os seus familiares lhe impusessem a faze-lo, mesmo isso indo contra a sua vontade o que faria?
17. Em casa deles não aceitarem si submeter a seus critérios, caso a sua perspectiva seja diferente, qual seria a sua posição? Abandonaria o seu parceiro? Ficaria com ele mesmo sem aprovação da família? O que farias?
18. O que acha que acontece aos que vão ao lar sem terem feito o lobolo? será que é tão importante assim fazer o lobolo?
19. O que dizer dos jovens que pautal pelo lobolo, na forma “tradicional”?
20. O que o lobolo representa para si?
21. onde acha que reside o simbolismo no lobolo, ou porque se considera o lobolo um acto simbólico?
22. Qual acha que é, ou deve ser o papel do lobolo nas construções sociais, ou seja, porque é importante fazer o lobolo?
23. Como harmonizar os valores do lobolo e os da religião?
24. Conhece alguma historia de alguém da IURD que pautou pelo lobolo nos moldes tradicionais? Se sim, conte-nos um pouco.
25. Se já passou por este ritual, “lobolo” ou cerimónia equivalente, conte-nos um pouco a sua historia, de forma resumida o que fez, como fez, o que deixou de fazer, o que gostaria que fosse feito, que procedimentos foram seguidos ao longo do ritual.



## ANEXO 2

### Pessoas contactadas

A presente lista contém o nome, a função e o local de actividade das pessoas por nós contactadas visando perceber melhor as lógicas de funcionamento da IURD.

No caso em que o entrevistado não quis revelar a sua identidade, foi identificado pelo termo anónimo.

<b>Nome</b>	<b>Função</b>	<b>Local da entrevista</b>
Nelson	Pastor	Cenáculo Maior, Bairro do Alto-maé, Cidade de Maputo.
Francisco	Pastor	Cenáculo Maior, Bairro do Alto-maé, Cidade de Maputo.
Anónimo	Pastor	Templo da fé, Bairro do Alto-maé, Cidade de Maputo.
Sr. João	Crente deste a implantação da IURD em Moçambique	Templo da fé, Bairro do Alto-maé, Cidade de Maputo

### ANEXO 3

#### Pessoas entrevistadas

Passamos a apresentar a lista contendo o nome dos entrevistados, a idade e sua situação conjugal.

Nos casos em que os entrevistados não quiseram revelar a sua identidade, foram identificados pelo termo anónimo, seguido de um número que serve para identificar e diferenciar um do outro.

<b>Nome</b>	<b>Anos de idade</b>	<b>Situação conjugal</b>
Lídia Arlete	22	Vive de forma não conjugal
Macamo	28	Não fez lobolo e vive de forma conjugal
Nelson	35	Não fez lobolo e vive de forma conjugal
Cristina	22	Vive de forma não conjugal
Salomé Mara	20	Vive de forma não conjugal
Marcelino	34	Fez lobolo e vive de forma conjugal
Estêvão	27	Não fez lobolo e vive de forma conjugal
Amós	31	Não fez lobolo e vive de forma conjugal
Alda Macie	23	Vive de forma não conjugal
Miguel	29	Não fez lobolo e vive de forma conjugal
Lúcia	21	Vive de forma não conjugal
Margarida Simão	23	Vive de forma não conjugal
Leonel	29	Fez lobolo e vive de forma conjugal
Anonimo-1	30	Vive de forma não conjugal
Isaías	35	Não fez lobolo e vive de forma conjugal
Anonimo-2	29	Vive de forma não conjugal
Catarina	32	Não fez lobolo e vive de forma conjugal
Dulce Manhiça	28	Fez lobolo e vive de forma conjugal

José Rodrigues	27	Vive de forma não conjugal
Laura	30	Fez lobolo e vive de forma conjugal

